

***Gênese Administração e
Participações S.A.***

*Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 e
Relatório dos Auditores Independentes*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Gênesis Administração e Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sem ressalva

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Gênesis Administração e Participações S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 30 de abril de 2025 à 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
2. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gênesis Administração e Participações S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período compreendido entre 30 de abril de 2025 à 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

3. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

4. A administração é responsável pela elaboração adequada da apresentação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

5. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
6. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

7. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
8. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
 - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação.

9. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
10. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e, comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2026.



PREMIUMBRAVO
Auditores Independentes
CRC- RJ 004216/8



LUIS AURÊNIO BARRETTO
Contador
CRC-RJ 076875/0

GÊNESIS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	925	979
Contas a receber	7	-	129
Impostos a recuperar	8	-	73
Adiantamento a fornecedores		-	10
Total circulante		<u>925</u>	<u>1.191</u>
Investimentos			
Imobilizado	9	786	-
	10	-	686
		<u>786</u>	<u>686</u>
Total do ativo		<u>1.711</u>	<u>1.877</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GÊNESIS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Nota	31/12/2025	31/12/2025
Passivo e Patrimônio Líquido	<u>explicativa</u>		
Circulante			
Fornecedores	11	-	70
Adiantamento de clientes		1	14
Obrigações trabalhistas	13	-	54
Impostos e contribuições a recolher	14	1	29
Total circulante		<u>2</u>	<u>167</u>
Não Circulante			
Partes relacionadas	12	<u>1.031</u>	<u>1.032</u>
Total não circulante		<u>1.031</u>	<u>1.032</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	1.371	1.371
Prejuízos acumulados		(693)	(693)
Participação dos minoritários		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do Patrimônio Líquido		<u>678</u>	<u>678</u>
TOTAL		<u><u>1.711</u></u>	<u><u>1.877</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GÊNESIS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 30 DE ABRIL DE 2025
À 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(A PARTIR DA DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE - 30/04/2025)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto valores por ação)

		Controladora	Consolidado
	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Receita líquida	18	-	715
Custo de mercadorias e serviços prestados	19	-	(797)
Prejuízo bruto		-	(82)
Despesas com vendas		-	(92)
Receitas e (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(11)	(524)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(684)	-
Outras receitas e (despesas), líquidas		-	13
		<u>(695)</u>	<u>(603)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(695)</u>	<u>(685)</u>
Resultado financeiro	21		
Receita financeira		3	(1)
Despesa financeira		-	(6)
		<u>3</u>	<u>(7)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(692)</u>	<u>(692)</u>
Imposto de renda e contribuição social	16		
		<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(693)</u>	<u>(693)</u>
Atribuível			
Acionista da Sociedade			(693)
Acionistas Minoritários			-
			<u>(693)</u>
Resultado por ação (R\$) - básico e diluído			
Acionista da Sociedade		<u>(2,641)</u>	<u>(2,641)</u>
Acionistas Minoritários			-
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício		<u>262.303</u>	<u>262.303</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GÊNESIS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE
30 DE ABRIL DE 2025 À 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(A PARTIR DA DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE - 30/04 /2025)

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Prejuízo do exercício	<u>(693)</u>	<u>(693)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(693)</u></u>	<u><u>(693)</u></u>
Atribuível		
Acionista da Sociedade		(693)
Acionistas Minoritários		<u>-</u>
		<u><u>(693)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GÊNESIS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO
COMPREENDIDO ENTRE 30 DE ABRIL DE 2025 À 31 DE DEZEMBRO DE
(A PARTIR DA DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE – 30/04/2025)
(Valores expressos em milhares de reais)

Atribuível aos acionistas controladores

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Participação dos minoritários</u>	<u>Total</u>
Constituição da Sociedade, AGE em 30 de abril de 2025	1	-	1	-	1
Aumento de capital, AGE em 11 de setembro de 2025	309	-	309	-	309
Aumento de capital, AGE em 03 de dezembro de 2025	1.061	-	1.061	-	1.061
Prejuízo do exercício	-	(693)	(693)	-	(693)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>1.371</u>	<u>(693)</u>	<u>678</u>	<u>-</u>	<u>678</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GÊNESIS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE
30 DE ABRIL DE 2025 À 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(A PARTIR DA DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE - 30/04/2025)

(Valores expressos em milhares de reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(693)	(693)
Ajustes para conciliar o lucro líquido			
Depreciação e amortização	10.1	-	60
Resultado de equivalência	9	<u>684</u>	<u>-</u>
		(9)	(633)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		-	(112)
Impostos a recuperar		-	12
Adiantamento a fornecedores		-	152
Fornecedores		-	7
Adiantamento de clientes		1	(3)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	17
Obrigações fiscais		<u>1</u>	<u>24</u>
		<u>2</u>	<u>97</u>
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		<u>(7)</u>	<u>(536)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimento	9	<u>(439)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		<u>(439)</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital		<u>1.371</u>	<u>1.371</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>1.371</u>	<u>1.371</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>925</u>	<u>835</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	144
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>925</u>	<u>979</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>925</u>	<u>835</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GÊNESIS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO
COMPREENSIVO ENTRE 30 DE ABRIL DE 2025 À 31 DE DEZEMBRO DE
(A PARTIR DA DATA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE – 30/04/2025)
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Gênesis Administração e Participações é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social e foro na Av. Ataulfo de Paiva, n.º 153, sala 601 (parte), bairro Leblon, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.440-032, podendo, mediante deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais e outros estabelecimentos, no Brasil e no exterior. A Sociedade tem por objeto social a participação e a administração em outras sociedades.

A Sociedade foi constituída em 30 de abril de 2025, desta forma, as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas não serão apresentadas comparativamente.

Em 26 de maio de 2025, a Gênesis comprou 100% de participação da Geneal Diagnósticos, correspondente a 3.220.200 cotas, sendo 3.187.998 pertencentes a Geneal Genética e 32.202 pertencentes a Brasif S.A Administração e Participações.

Entidade controlada:

Geneal Diagnósticos Ltda.: Prestação de serviços em diagnósticos que utilizem métodos moleculares, genéticos, bioquímicos, imunológicos, citológicos, citopatológicos, anatomopatológicos, microbiológicos, parasitológicos e afins nas áreas animal, segurança alimentar e vegetal; pesquisa e desenvolvimento de processos tecnológicos para o diagnóstico de doenças genéticas, patológicas e infecciosas ligadas à saúde animal, segurança alimentar e vegetal; realização de análise, e emissão de laudos periciais referentes a processos de investigação forense e/ou particular que requeiram análises bioquímicas e moleculares; desenvolvimento de novos produtos e serviços aplicados à agropecuária, à área alimentar e ao meio ambiente; e terceirização, diagnósticos e tecnologias diversas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas práticas contábeis adotadas no Brasil estão substancialmente alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Sociedade em 13 de fevereiro de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS POLITICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras são definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de sua controlada. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Sociedade. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Sociedade são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A demonstração contábil consolidada inclui as informações da Sociedade e sua controlada a seguir relacionados:

	2025				
Controlada	Participação %	Total Ativos	Total Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado
Geneal Diagnósticos Ltda.	100	952	166	786	(684)

3.3 Ajustes a valor presente

Quando aplicável os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de

uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quando aplicável. As principais fontes de receita são descritas a seguir:

- a) *Receita de serviços* – São reconhecidas mediante a prestação dos serviços.
- b) *Receita de venda* – A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:
 - i) A Sociedade transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
 - ii) A Sociedade não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade e nem controle efetivo sobre tais produtos;
 - iii) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
 - iv) É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Sociedade; e
 - v) Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

- c) *Juros (receita financeira)* – A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.5 Custo dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

3.6 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos.

- a) *Tributos correntes* - A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Sociedade com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.
- b) *Tributos diferidos* - O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa e contas bancárias de livre movimentação e de aplicações financeiras que possuem características de disponíveis para venda e liquidez imediata, sendo registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e que não excedem o valor de mercado.

3.8 Contas a receber de clientes

Conforme divulgado na nota explicativa n.º 07, os valores são demonstrados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas até a data das demonstrações financeiras, ajustados, quando aplicável, por provisão para perda.

A provisão para crédito de liquidez duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, resultante da análise da administração, que considera a experiência, a situação individual dos saldos com clientes e as conciliações de venda.

3.9 Investimento

O investimento em sociedade controlada nas demonstrações financeiras individuais é registrado pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com esse método, a participação do Grupo no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido dessa sociedade, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro ou prejuízo líquido no exercício é reconhecida como receita (ou despesa) operacional em contrapartida ao custo do investimento, e os outros resultados abrangentes do investidor incluem a sua participação em outros resultados abrangentes da investida.

3.10 Imobilizado

A Sociedade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que:

- (i) O método de custo, deduzido de provisão para perdas quando aplicável, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Sociedade;
- (ii) O ativo imobilizado da Sociedade é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais;
- (iii) A Sociedade possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Os ativos imobilizados estão ao valor de custo de aquisição (todos os custos necessários à colocação do bem em operação, incluindo a capitalização de custos de empréstimos, quando aplicável), deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos são as seguintes:

Instalações, móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro, quando aplicável, são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.11 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

A Sociedade revisa anualmente o valor recuperável dos seus ativos tangíveis, a maior parte desses ativos correspondem a imóvel e máquinas e equipamentos. Os ativos que têm vida útil indefinida e não sujeitos à amortização têm sua recuperação testada anualmente, enquanto que os ativos sujeitos à depreciação ou amortização têm seu valor de recuperação revisados pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seus valores contábeis não poderão ser recuperados. As perdas são reconhecidas com base no montante pelo qual o valor contábil excede o maior valor provável de recuperação de um ativo de vida longa, calculado: (a) pelo seu valor em uso (valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros), ou (b) valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda.

3.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

a) *Contratos onerosos* - Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

- b) *Reestruturações* - A provisão para reestruturação é reconhecida quando a Sociedade tiver um plano formal detalhado para a reestruturação e tiver criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação. A Sociedade não possui plano de reestruturação, sendo assim, não foi registrada provisão para reestruturação.

3.13 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis das Sociedades exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- a) *Caixa e equivalentes de caixa* - São definidos como ativos destinados a negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimentos desses instrumentos;
- b) *Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, partes relacionadas e outras contas decorrentes das operações da Sociedade* - O seu valor justo é estimado como valor presente de fluxo de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação;

3.14 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando da assinatura, por parte da Sociedade, de contratos de prestação de serviços, empréstimos, financiamentos, mútuos, e outros instrumentos afins.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, incluindo os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros.

3.15 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:

- a) *Método de juros efetivos* - O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

- b) *Empréstimos e recebíveis* - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

- c) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros* - Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Uma evidência objetiva pode incluir:

- i) Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- ii) Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- iii) Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- iv) Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

- d) *Baixa de ativos financeiros* - Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado..

3.16 Passivos financeiros

Seguem abaixo os princípios de reconhecimento e mensuração dos passivos financeiros da Sociedade:

- a) *Empréstimos e financiamentos* - Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

- b) *Outros passivos financeiros* - Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.
- c) *Baixa de passivos financeiros* - A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide nota explicativa nº 4.2), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4.2 Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

- a) Recuperação de ativos de vida longa (“impairment”) - Conforme premissas descritas na nota 3.11 – Redução de valor recuperável de ativos tangíveis
- b) Vida útil dos bens do imobilizado - A Sociedade considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. Não houve alterações nas estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Administração considera a vida útil econômica previamente estimada como adequada.

- c) Avaliação de instrumentos financeiros - Conforme descrito nas notas explicativas 3 e 17, a Sociedade usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 17 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Sociedade está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Sociedade, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- CPC 02 (IAS 21) – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: falta de permutabilidade – A alteração define critérios para identificar quando uma moeda não é permutável e estabelece como determinar a taxa de câmbio aplicável nesses casos, além de exigir divulgações adicionais sobre seus efeitos nas demonstrações contábeis. A aplicação é retrospectiva, sem reexpressão do comparativo. A norma não gerou impactos nas demonstrações financeiras. Com vigência a partir de 01/01/2026.
- CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis - substitui o CPC 26 (R1) e alinha o Brasil à IFRS 18. A norma altera a estrutura de apresentação das demonstrações contábeis e introduz novos requisitos de agregação, desagregação e divulgação. Com vigência a partir de 01/01/2027.
- Pronunciamentos Técnicos nº 28 (R28) – CPC - Ajusta diversos CPCs para adequação ao CPC 51. As alterações são principalmente de apresentação e terminologia. Com vigência futura, conforme regulamentação dos órgão competentes.
- Revisão NBC 31 – CFC - Incorpora ao conjunto das NBCs as alterações da Revisão CPC 28. Com vigência futura, conforme cronograma do CFC.
- Outros documentos emitidos com vigência futura – OCPC10 Créditos de Carbono e CBPS 01 e 02.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui depósitos bancários, e aplicações financeiras de liquidação imediata. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Caixa	-	3
Bancos	-	-
Aplicações financeiras	925	976
Total	<u>925</u>	<u>979</u>

7. CONTAS A RECEBER

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Atividade de laboratório	-	159
Perda estimada para credito liquidação duvidosa – PECLD	-	(30)
Total contas a receber	<u>-</u>	<u>129</u>

O saldo do contas a receber de clientes está distribuído pelo vencimento conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
A vencer	-	106
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-
Vencidos de 91 a 120 dias	-	-
Vencidos de 121 a 150 dias	-	-
Vencidos de 151 a 180 dias	-	-
Vencidos de 181 a 360 dias	-	43
Vencidos acima de 361 dias	-	10
Total	<u>-</u>	<u>159</u>

As movimentações das provisões no exercício estão demonstradas a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Saldo em 30 de abril	-	(33)
Constituição de provisão	-	-
Reversão de provisão	-	3
Efeito da movimentação da provisão contra o resultado	-	3
Saldo em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>(30)</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	31/12/2025	31/12/2025
IRPJ - Saldo negativo	-	43
CSLL - Saldo negativo	-	30
Total	<u>-</u>	<u>73</u>

9. INVESTIMENTO

	%	Patrimônio	Prejuízo	31/12/2025	
	de	Líquido	Líquido	Investimento	Resultado
	Participação	Líquido	Líquido	controlada	exercício
Geneal Diagnósticos Ltda.	100%	786	(684)	786	(684)
				<u>786</u>	<u>(684)</u>

Movimentação:

	<u>Controladora</u>
Aquisição da investida	1.031
Aumento de capital	309
Adiantamento para futuro aumento de capital	130
Equivalência patrimonial	<u>(684)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>786</u>

Em decorrência da reestruturação societária exigida pelo Ministério de Agricultura e Pecuária – MAPA, a Sociedade adquiriu 100% da participação societária da Geneal Diagnósticos em 26 de maio de 2025, correspondente a 3.220.200 cotas, sendo 3.187.998 pertencentes a Geneal Genética e 32.202 pertencentes a Brasif S.A Administração e Participações.

10. IMOBILIZADO

	Taxas anuais	Controladora			Consolidado		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
		31/12/2025			31/12/2025		
Instalações, móveis e utensílios	10%	-	-	-	12	(5)	7
Máquinas e equipamentos	10%	-	-	-	963	(284)	679
Equipamentos de informática	20%	-	-	-	33	(33)	-
Total		-	-	-	1.008	(322)	686

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) – A Sociedade avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2025, não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos nas Sociedades, bem como necessidade de alteração do plano de depreciação.

E a seguinte a movimentação do ativo imobilizado durante o exercício 2025:

	Consolidado					
	Saldo líquido 31/12/24	Saldo inicial Aquisição	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/12/25
Instalações, móveis e utensílios	-	8	-	-	(1)	7
Máquinas e equipamentos	-	738	-	-	(59)	679
Equipamentos de informática	-	-	-	-	-	-
Total	-	746	-	-	(60)	686

11. FORNECEDOR

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Fornecedores	-	70
	<u>-</u>	<u>70</u>

12. PARTES RELACIONADAS

12.1 Controladora

A controladora final é a Brasif Leblon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que detém 100% das ações da Gênese Administração e Participações S.A..

12.2 Principais saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Sociedade e seu acionista, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Passivo não Circulante</u>
Geneal Genética S.A. (i)	(1.031)
Brasif S/A Administração e Participações (ii)	<u>(1)</u>
Total	<u>(1.032)</u>

(i) Valor referente a compra da investida Geneal Diagnósticos Ltda. O montante será pago conforme necessidade de caixa da empresa.

(ii) Empréstimo sem juros.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Encargos a pagar	-	12
Provisão de férias	-	31
Provisão de encargos s/ férias	-	11
	<u>-</u>	<u>54</u>

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
INSS	-	1
ISS	-	8
ICMS	-	1
PIS	-	3
COFINS	-	14
IRRF	-	1
IRPJ e CSL	1	1
	<u>1</u>	<u>29</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social, subscrito e integralizado, é de R\$ 1.371.436, dividido em 1.371.436 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, Distribuídas da seguinte forma:

15.1 Capital social

	<u>31/12/2025</u>	
	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Brasif Leblon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	1.371.435	100
Cia SPE Brasif Incorporação e Consórcio Etapa I	1	-
Total	<u>1.371.436</u>	<u>100</u>

Em 30 de abril de 2025, foi realizada uma assembleia geral de constituição da Sociedade.

Em 11 de setembro de 2025, foi aprovando o aumento de capital em R\$ 309 com a emissão de 309.000 ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1 por ação.

Em 03 de dezembro de 2025, foi aprovando o aumento de capital em R\$ 1.061 com a emissão de 1.061.436 ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1 por ação.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Sociedade apresenta em 31 de dezembro de 2025, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro a compensar com lucros tributáveis futuros, no montante R\$ 3.200 consolidado.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Lucro Antes do imposto de renda e da contribuição social	(692)	(692)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	235	235
Efeito da equivalência patrimonial (34%)	(232)	-
Diferenças temporárias:		
Imposto diferido ativo apurado e não reconhecido anteriormente	-	(232)
Diferenças permanentes	-	-
Outros	(4)	(4)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1)	(1)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Prejuízos fiscais	-	800
Base negativa de contribuição social	-	288
Total	-	1.088
Impostos diferidos apurados e não reconhecidos	-	(1.088)
Líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

17.3 Objetivos da administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Sociedade presta serviços às empresas, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Sociedade por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

17.4 Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Sociedade fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros. A Administração da Sociedade entende que esse risco é inerente ao perfil de sua dívida e, portanto bem equacionado. Portanto, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de juros.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração da Sociedade.

17.5 Gestão do risco de taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros pré-fixadas. Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado.

17.6 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade incorrer em perdas financeiras. A Sociedade adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Sociedade utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus

próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Sociedade e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes diferentes. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões, cujo montante é considerado suficiente pela administração para a cobertura desse risco.

A Sociedade não possui nenhuma exposição ao risco de crédito com nenhuma contraparte ou grupo de contrapartes com características semelhantes. A Sociedade define como contrapartes como tendo características semelhantes aquelas que são empresas relacionadas. Não há concentração de risco de crédito.

Adicionalmente, a Sociedade não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

17.7 Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

17.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- a) O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados;
- b) O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções;
- c) O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados.

18. RECEITAS

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Receita bruta		
Receita de serviços	-	817
Deduções		
Impostos sobre vendas	-	(102)
Receita líquida	<u>-</u>	<u>715</u>

19. CUSTO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Pessoais	-	(396)
Serviços de terceiros	-	(209)
Material de consumo/laboratório	-	(192)
Total	<u>-</u>	<u>(797)</u>

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Pessoal	-	(133)
Depreciação e amortização	-	(60)
Serviços prestados por terceiros	(10)	(255)
Gerais	(1)	(76)
Total	<u>(11)</u>	<u>(524)</u>

21. RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Receitas financeiras		
Juros de clientes	-	(4)
Rendimentos de aplicação financeira	3	3
Total receitas financeiras	<u>3</u>	<u>(1)</u>
Despesas financeiras		
Descontos financeiros concedidos	-	(2)
Comissões e despesas bancárias	-	(4)
Total despesas financeiras	<u>-</u>	<u>(6)</u>
Total resultado financeiro	<u><u>3</u></u>	<u><u>(7)</u></u>

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O limite coberto para indenizações para riscos de danos materiais para 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.000.
